

ARTIGOS LIVRES

**PROTESTO POLÍTICO
EM PAÍSES LATINO-
AMERICANOS: RELAÇÃO
ENTRE O CONTEXTO DE
OPORTUNIDADE POLÍTICA
E A ESTRUTURA DE
MOBILIZAÇÃO
DE RECURSOS**

*POLITICAL PROTEST IN LATIN AMERICAN
COUNTRIES: THE RELATIONSHIP
BETWEEN THE POLITICAL OPPORTUNITY
CONTEXT AND RESOURCE
MOBILIZATION FRAMEWORK*

Daniel Leonel da Rocha* 

Ednaldo Aparecido Ribeiro** 

* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, PPGCS,
Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil.
daniel.leonel.rocha@gmail.com

** Universidade Estadual de Maringá, UEM, PGC, Maringá, Paraná,
Brasil.
ednaldorip@gmail.com

RESUMO¹

Desde a década de 1970, a literatura sobre movimentos sociais e protestos tem apontado para a importância do contexto de oportunidade política e de estruturas de mobilização de recursos, que tornam as ações de protestos mais viáveis. As principais hipóteses dessas teorias defendem que existe uma relação curvilínea entre o contexto político e protestos e que a maior disposição de recursos está relacionada com mais protestos. O objetivo deste artigo é testar essas duas proposições para o contexto dos países latino-americanos. A partir de 56 amostras de 17 países, disponíveis no repositório do *World Value Survey* (WVS), e dos indicadores políticos fornecidos pelo *Varieties of Democracy* (V-Dem), testamos diferentes cenários e analisamos em qual deles o protesto é mais frequente. Nossos resultados não corroboram a hipótese de curvilinearidade e sugerem que a maior disposição de recursos está relacionada com a maior frequência de protestos.

Palavras-chave: Contexto Político; Mobilização de Recursos; América Latina; Protestos.

¹Agradecemos cordialmente a atenta leitura dos estimados colegas que compõem o Núcleo de Pesquisas em Participação Política (NUPPOL-UEM) e o Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas (NIPP-UFSC), no contexto do workshop promovido conjuntamente por essas duas instituições. Da mesma forma, expressamos nossa gratidão pelas valiosas contribuições dos colegas vinculados ao Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos (NEPPLA-UFSCAR). Não menos significativo, externamos nossos agradecimentos aos pareceristas que generosamente dedicaram seu tempo para avaliar e revisar o nosso trabalho.

ABSTRACT

Since the 1970s, the literature on social movements and protest has pointed to the importance of political opportunity context and resource mobilization structures that make protest actions more feasible. The main hypotheses of these theories argue that there is a curvilinear relationship between political context and protests and that greater resource disposition is related to more protests. The aim of this paper is to test these two propositions for Latin American country contexts. Using 56 samples from 17 countries, available in the World Value Survey (WVS) repository, and the political indicators provided by Varieties of Democracy (V-Dem), we test different scenarios and analyze in which of them protest is more frequent. Our results do not support the curvilinearity hypothesis and suggest that higher resource disposition is related to higher protest frequency.

Keywords: *Political Context; Resource Mobilization; Latin America; Protests.*

INTRODUÇÃO

O protesto político tem se tornado uma forma de participação convencional em diversas sociedades, dada a frequência com que vem sendo acionado como estratégia de mobilização, seja para a exposição de demandas, seja com o objetivo de influenciar as decisões políticas (BORBA, 2012). Desde a década de 1970, a literatura dos movimentos sociais e protestos tem apontado para a importância do contexto de abertura política e de estruturas de mobilização de recursos, que tornam as ações de protestos mais viáveis. As principais proposições dessas teorias defendem (1) que existe uma relação curvilínea entre o contexto político e protestos. Significa dizer que a frequência de protestos tende a aumentar à medida que as estruturas de oportunidades políticas se ampliam, mas esse crescimento cessa e passa a declinar quando a necessidade de protestos se torna obsoleta, já que o governo no poder tende a ser mais responsivo às demandas sociais; (2) e que a disposição de recursos está relacionada com a redução dos custos de participação em protestos, o que implica uma relação linear entre recursos e protestos. O objetivo deste artigo é testar essas duas proposições para o contexto dos países latino-americanos.

As teorias do contexto de oportunidade política e da mobilização de recursos receberam importantes contribuições nas últimas décadas (KITSCHOLT, 1986; KRIESI *et al.*, 1992; MCADAM, MCCARTHY e ZALD, 1996; TARROW, 2009) e se transformaram numa poderosa saída analítica, sendo a primeira mais acionada em pesquisas sobre movimentos sociais e protestos com recorte dos países latino-americanos (RENNÓ, 2003; BORBA, 2011; ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2018). Já a teoria da mobilização de recursos, como ponderou Alonso (2009), foi pouco explorada fora dos Estados Unidos da América (EUA). Além do déficit de pesquisas, essas perspectivas ainda carecem de estratégias mais objetivas para operacionalização dos conceitos (OPP, 2009). Por essa razão, procuramos contribuir com

a literatura, analisando a aplicabilidade das categorias do contexto de oportunidade política e mobilização de recursos para a região dos países latino-americanos.

Vale mencionar que Tatagiba e Galvão (2019) não encontraram uma relação entre a frequência de protestos e fatores de instabilidade política e econômica quando analisaram o caso brasileiro entre os anos 2011 e 2016. Paul Almeida (2020) também segue na mesma direção e explica que a relação entre essas duas variáveis pode ser encontrada em casos particulares. Segundo o autor, os estudos de caso seriam mais adequados para analisar a relação entre contexto político e econômico e protestos. De fato, a perspectiva macroeconômica e política do protesto está sob constante revisão desde a década de 1980. Autores como McAdam (1983, 1986), Snow *et al.* (1986) e Tarrow (2009) já apontavam para a necessidade da inclusão de variáveis que considerem características individuais em análises sobre a ação coletiva. Por essa razão, as categorias do “contexto político” e “mobilização de recursos” ainda estão em disputa e merecem novos exames.

O histórico de instabilidade política e desigualdades socioeconômicas marcam a realidade da maioria dos países latino-americanos. Esse contexto diverge daqueles que foram pesquisados pelos estudos clássicos sobre o papel do contexto político e mobilização de recursos. Neste caso, a escolha dessa região se justifica porque consideramos que ela seja um laboratório com condições favoráveis para verificar em que medida essas teorias são aplicáveis. Um teste empírico preliminar, que calcula o coeficiente de correlação intraclasse (ICC), nos informa que ao menos 8% da variabilidade dos protestos entre os países pesquisados se deve a fatores que pertencem ao próprio país, reforçando a importância de um estudo comparado para esses países.

Trabalhamos com 56 amostras representativas de 17 países latino-americanos, que compreendem o período de 1981 até 2022, disponíveis

no repositório do *World Values Survey* (WVS) e indicadores políticos do repositório *Varieties of Democracy* (V-Dem). Apresentamos testes para três hipóteses, sendo as duas primeiras relacionadas a teoria do contexto político: (H1) em contextos políticos desfavoráveis, o protesto político é menos provável e (H2) em contextos políticos mistos, o protesto político é mais provável. A hipótese da teoria da mobilização de recursos pode ser formulada da seguinte forma: (H3) em cenários com maior mobilização de recursos, o protesto é mais provável, porque a disposição de recursos reduz os custos de participação em protestos.

Este artigo está dividido em quatro seções além desta introdução. Na primeira seção, definimos os conceitos de “contexto político” e “mobilização de recursos”, quais aspectos da literatura podem ser destacados para operacionalização desses conceitos e os desdobramentos que os estudos clássicos postularam. Na segunda seção, apresentamos os materiais e os métodos de análise e propomos uma estratégia para construção dos fatores por meio de uma técnica psicométrica de validação de construtos teóricos. Na terceira seção, expomos os resultados de pesquisa, comparando diferentes cenários para contexto político, mobilização de recursos e frequência de protestos. Por fim, tem-se as conclusões.

CONTEXTO, MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS E PROTESTO POLÍTICO

Nosso foco se volta para os indivíduos que protestam, com base nas respostas ao questionário do WVS com 56 amostras representativas para 17 países latino-americanos. Por isso, não trabalhamos com eventos de protesto como foi no caso do trabalho de Tatagiba e Galvão (2019). Nessa direção, definimos o protesto político como um recurso de indivíduos incapazes de alcançar seus objetivos por suas próprias

forças, dependendo da mediação de “terceiros” na arena de negociação, e é direcionado a influenciar as decisões do governo, com o objetivo de alcançar bens coletivos que somente o governo pode proporcionar (OPP, 2009). A partir desse recorte, entendemos que o protesto é um tipo de ação não institucionalizada, no sentido de que não existe uma estrutura interna que garanta uma estabilidade organizacional, como é o caso de uma associação, sindicato, movimento social ou partido. Nossa questão se destina a investigar se o protesto é mais frequente quando existe um ambiente político favorável (EISINGER, 1973) e quando existe disposição de recursos de participação (MCCARTHY e ZALD, 1977).

Importa ressaltar que os estudos clássicos sobre protestos não foram claros sobre o recorte da unidade empírica de análise: se são os indivíduos que protestam ou se são eventos de protestos (OPP, 2009). A nossa escolha pelo “indivíduo que protesta” parte de um argumento lógico: mesmo que se considerasse os eventos de protestos como unidade analítica, esses eventos são formados por indivíduos. Sendo assim, tanto mudanças institucionais de oportunidades de participação política, quanto a disposição de recursos que reduzem os custos de participação, são percebidos pelos indivíduos.

A ideia de que a frequência de protestos depende de um contexto favorável e de grupos capazes de mobilizar recursos já está posta deste a década de 1970. Os proponentes principais dessas perspectivas foram Eisinger (1973) e McCarthy e Zald (1973, 1977)². Os argumentos desses pesquisadores representaram um avanço teórico significativo, porque incluíram na análise do protesto político fatores exógenos ao indivíduo, de ordem política e econômica, e o papel das associações públicas e privadas para a mobilização de recursos. Antes, os principais

² Com exceção do trabalho de McCarthy e Zald (1977), que é estritamente teórico, dois dos estudos clássicos citados possuem recortes empíricos, como o de Eisinger (1973), que analisa a incidência de protestos com base em artigos de jornais de 43 cidades americanas, e de McCarthy e Zald (1973), que aproveitam os dados publicados no livro de Campbell, Converse, Miller e Stokes (1961), no artigo de Herbert Hyman e Charles Wright (1971) e dados censitários dos EUA.

argumentos se concentravam quase que exclusivamente nas queixas (GURR, 1968) e nos atributos dos indivíduos descontentes (LIPSKY, 1968; TURNER, 1969).

As perspectivas do contexto político e da mobilização de recursos podem ser lidas como teorias que se complementam (JENKINS, 1983; MCADAM, MCCARTHY e ZALD, 1996; OPP, 2009). Ambas admitem que a escolha individual e a forma como os indivíduos se comportam, no caso dos protestos políticos, são afetadas pelo ambiente político, por condições biográficas e apoios externos. A ideia básica é de que o protestante não é motivado unicamente pelo sentimento de insatisfação ou injustiça, pois depende também de mediações, seja de movimentos, associações e partidos, seja de um contexto político tolerante. A questão não está mais no “se” a insatisfação importa, mas “em que circunstâncias” ela importa.

Em princípio, deve-se pontuar que a definição de contexto político não sofreu alterações substantivas desde a publicação do trabalho seminal de Eisinger (1973). Sinteticamente, o contexto político é caracterizado pelas dinâmicas institucionais e normas sociais que facilitam ou obstruem a atividade cidadã na busca de objetivos políticos. Neste caso, a questão analítica busca investigar como a mudança de um contexto político afeta o ativismo político.

Definido o conceito de “contexto político”, o passo seguinte é a sua operacionalização. Nesta etapa, existem dois caminhos. O primeiro caminho parte de uma compreensão objetiva do contexto político (EISINGER, 1973; KITSCHOLT, 1986; KRIESI *et al.*, 1992; GOLDSTONE e TILLY, 2001). Por exemplo, assumamos que existem os movimentos A, B e C, que apresentam diferentes demandas. Agora, consideremos que o governo no poder defende abertamente a agenda do movimento A, é indiferente ao movimento B e avesso ao movimento C. Para não se tornar impopular, esse governo viabiliza, por meio de leis e decretos,

as demandas de A e B, mas C não é contemplado. Nesse exemplo, as oportunidades políticas não são iguais, porque existe um viés do governo no poder. A compreensão objetiva do contexto político mensura os níveis de igualdade de oportunidades que o movimento A, B e C têm para expressão e resolução de suas demandas. A ideia é de que quanto mais igualdade de oportunidades em proporção, mais o contexto político é favorável à atividade cidadã. Portanto, as oportunidades políticas são dadas objetivamente. Sendo assim, os aspectos mensuráveis do contexto político se restringem às leis, decretos, instituições e procedimentos institucionais. Aqui a pergunta específica seria: como uma mudança nas leis e na forma de atuação das instituições políticas afeta a atividade cidadã?

O segundo caminho parte de uma compreensão subjetiva do contexto político (MEYER e MINKOFF, 2004; VAN STEKELENBURG e KLANDERMANS, 2013). Por exemplo, suponhamos que, para reduzir as tensões sociais, o governo no poder edite um decreto que amplia as oportunidades políticas do movimento C. Assumindo que o governo no poder está mais alinhado com o movimento A e menos alinhado com o movimento C, e que estes dois grupos polarizam as preferências políticas, é de se esperar que A proteste contra o decreto do governo no poder, já que ele dispõe de mais oportunidades para expressão de demandas na conjuntura simulada. Neste processo que varia entre oportunidades e ameaças, o menos afetado é o movimento B. A compreensão subjetiva do contexto político mensura a percepção que os movimentos têm da mudança das oportunidades políticas. A ideia é de que as desigualdades de oportunidades não são percebidas da mesma maneira pelos movimentos organizados, muito menos pelos indivíduos isoladamente. Sendo assim, os aspectos mensuráveis do contexto político são os incentivos que mobilizam politicamente os indivíduos e grupos de indivíduos. Aqui a pergunta específica seria: em que circunstâncias os incentivos que resultam da mudança de contexto político afetam a percepção dos indivíduos e contribuem com a atividade cidadã?

Em certa medida, a perspectiva objetiva e subjetiva do contexto político são complementares. De um lado, a perspectiva objetiva nos alerta para o fato de que as regras institucionais, as leis e as instâncias de participação tornam mais ou menos efetiva a expressão política dos indivíduos. No caso dos países latino-americanos, boa parte viveu anos de ditadura com graves prejuízos às liberdades individuais e políticas até o início da década de 1990. Por isso, o estudo dos protestos em países latino-americanos se torna mais interessante, na medida em que dispomos de um ambiente que oferece elementos objetivos adversos à participação política, especialmente protestos.

De outro lado, a perspectiva subjetiva nos alerta para o fato de que a percepção sobre a mudança nas estruturas de oportunidades depende de características próprias dos indivíduos e dos grupos que eles formam. Essa capacidade de percepção das mudanças de oportunidades é potencializada pelo incremento em anos de escolaridade, habilidades políticas conquistadas por meio do engajamento político e melhorias nas condições de vida, como defendido pelo trabalho de Verba, Schlozman e Brady (1995). Também nesse caso, o contexto latino-americano se torna interessante, por que a partir da década de 1990 a grande maioria desses países viveu transições para democracia, com benefícios relativos às condições de vida e às liberdades individuais e políticas.

Mesmo sabendo que são perspectivas complementares, neste artigo partimos de uma compreensão objetiva do contexto político. Em primeiro lugar, porque essa é a compreensão que está posta no trabalho seminal de Eisinger (1973) sobre a categoria de contexto político. Em segundo lugar, porque a compreensão subjetiva do contexto político exigiria a inclusão de variáveis atitudinais, o que foge ao objetivo deste artigo. Nosso interesse é explorar o efeito de variáveis exógenas ao indivíduo, de maneira que possamos verificar como o ambiente político está relacionado com a frequência de protestos.

A compreensão objetiva do contexto político trabalha com duas teses. A primeira considera as queixas ou a sensação de injustiça como catalizadoras do protesto. Nesse caso, a tese é formulada da seguinte maneira: quando o protesto resulta da frustração de resposta da parte do governo no poder, então a relação entre contexto político e protesto é negativamente linear. Assim, quanto mais frustração, maior a frequência de protestos. O inverso também é verdadeiro: quanto maior a satisfação das demandas, menor a incidência de protestos. Nesse caso, um contexto com plena igualdade de oportunidades tornaria a incidência de protestos obsoleta. A segunda tese é parcialmente crítica da primeira. Por um lado, ela afirma que se não existe um ambiente político favorável para ações de protesto, as queixas não são preditoras suficientes. Por outro lado, a segunda tese concorda com a primeira na perspectiva de que quanto maior a satisfação das demandas, menor a incidência de protestos. Assim, a segunda tese propõe um efeito curvilíneo na relação entre ambiente político e a frequência de protestos, que os autores chamam de “contextos mistos”, em que o processo de abertura política não acompanha o volume de demandas sociais. Passamos agora à perspectiva da mobilização de recursos. Tal como na perspectiva anterior, a definição de recursos não sofreu alterações substantivas desde a publicação do trabalho de McCarthy e Zald (1973). Contudo, como aponta Opp (2009), é o conceito que mais carece de especificação quando comparado com a definição de contexto político. De todo modo, neste artigo definimos *recurso* como tudo aquilo que pode ser utilizado como meio para atingir algum objetivo político (GAMSON, FIREMAN e RYTINA, 1982).

A ideia básica é que existem grupos com objetivos comuns e que os recursos são meios para atingi-los. Aqui demarcamos a agência dos movimentos, associações públicas e privadas e até partidos políticos. São eles que mobilizam e garantem esses recursos. Sendo assim, uma forma de operacionalizar o conceito é listar as associações, movimentos e partidos que estão engajados no processo de ação coletiva. Além do

apoio externo, também vale acrescentar alguns atributos individuais dos protestantes. McCarthy e Zald (1973) chamam isso de “recursos discricionários” e se referem especificamente a tempo e dinheiro. Opp (2009) acrescenta, além do tempo e do dinheiro, o conhecimento e habilidades políticas. Ambas as formas de operacionalização contemplam a definição de recursos, porque se referem a bens que podem ser utilizados como meios para atingir os objetivos esperados.

Mesmo que já exista maior clareza sobre a unidade de análise dos teóricos da mobilização de recursos – são as organizações – o estudo desse objeto não é um fim em si mesmo, mas um meio para compreender o processo de engajamento dos indivíduos em eventos de protesto. O pressuposto teórico é de que o engajamento dos indivíduos em qualquer tipo de ação é uma função entre *custos* e *benefícios*, com articulação entre diversos atores com graus distintos de organização. Essa perspectiva é debitária da Teoria da Ação Coletiva de Mancur Olson (1965). Enumera-se ao menos cinco elementos apropriados da teoria de Olson: (1) a ideia de que indivíduos racionais e interessados em suas próprias metas não contribuem para alcançar objetivos comuns; (2) a definição de racionalidade que pode ser traduzida pelo comportamento orientado através do cálculo entre custos e benefícios – o indivíduo faz aquilo que é melhor para si; (3) a ideia de que o indivíduo auto interessado é aquele que está preocupado com seu bem-estar; (4) a definição de “bem público” como tudo aquilo que é útil para o coletivo e, mais importante, que, uma vez produzido, todos a ele têm acesso, mesmo que não contribuído para sua produção; e (5) a importância dos incentivos seletivos, que Olson (1965) define como um bem de segunda ordem. O incentivo seletivo é necessário porque um “bem público de primeira ordem” não é uma causa suficiente, embora seja necessária, para o engajamento do indivíduo. Neste caso, as associações públicas e privadas, os sindicatos e partidos assumem um papel importante, porque reduzem os custos de participação e oferecem incentivos seletivos.

A primeira versão da teoria da mobilização de recursos foi muito criticada por apresentar uma visão empresarial da organização dos movimentos sociais e protestos. Entre as críticas mais salutares, menciona-se a ausência de uma abordagem que considere a motivação individual para ação política. Nesta direção, Klandermans (1984) avança sobre a teoria da mobilização de recursos, incluindo elementos da psicologia social no modelo de análise. Na versão proposta por esse autor, admite-se que a expectativa do indivíduo, mensurada pela utilidade ou valorização das consequências comportamentais (OPP, 2009), tem um impacto positivo sobre o engajamento em movimentos sociais e protestos. A definição de utilidade se refere à percepção subjetiva de retorno positivo, traduzido como um benefício esperado de alguma ação praticada. Ferree e Miller (1985), por sua vez, atribuem um peso independente à dimensão psicológica no processo de ação política, afirmando que um componente motivador da ação política é a “conversão” (crença/ideologia) para o apoio dos objetivos do movimento. Ambas as críticas apontam para a fragilidade dessa teoria da mobilização de recursos e indicam variáveis que compreendam a dimensão subjetiva dos processos de ação política, especialmente em protestos.

Da mesma forma que não avançamos na discussão sobre questões atitudinais quando apresentamos a perspectiva do contexto político, também faremos o mesmo com a perspectiva da mobilização de recursos. Nosso objetivo é analisar o papel dos fatores externos ao indivíduo, que podem estar correlacionados com a maior frequência de protestos. Nesse caso, fixamos os aspectos objetivos da teoria, como os apoios infraestruturais aos protestos (WALSH, 1981). Contudo, como apontaremos na seção metodológica, não dispomos em nossas bases de uma variável de “apoio infraestrutural”, mas utilizamos um *proxy* que investiga se o entrevistado pertence e participa de algumas organizações políticas e civis.

Como já apontamos, os estudos clássicos sobre o papel do contexto político e da mobilização de recursos pesquisaram majoritariamente países com democracias mais velhas e consolidadas e condições socioeconômicas mais estáveis. Propomos ampliar o leque de investigação, incluindo os países latino-americanos. O motivo dessa escolha se dá pelo fato desses países apresentarem um histórico de instabilidade política e profundas desigualdades sociais e, portanto, com cenários relativamente mais adversos. Desse modo, queremos contribuir com a literatura, verificando o alcance da teoria do contexto político e da mobilização de recursos a partir da análise do protesto político em países dessa região.

Nas próximas seções, apresentamos os materiais e métodos utilizados e os resultados de pesquisa. Adiantamos que a operacionalização das categorias *contexto político* e *recursos* é pouco explorada pela literatura (OPP, 2009). Por isso, procuramos contribuir também com algumas estratégias metodológicas de mensuração dessas categorias. Felizmente, dispomos de um conjunto significativo de amostras representativas para países latino-americanos, cenário que não existia quando as teorias originais foram propostas.

ESTRATÉGIA, MATERIAIS E VARIÁVEIS

Neste artigo analisamos se o contexto político e a disposição de recursos estão relacionados com a frequência de protestos. Com base nos pressupostos elencados na seção anterior, nossas hipóteses são: (H1) em contextos políticos desfavoráveis, o protesto político é menos provável, porque o custo da ação se torna mais alto e (H2) em contextos políticos mistos, o protesto político é mais provável, porque o processo de abertura institucional não acompanhou o fluxo de demandas; e (H3) em cenários com maior mobilização de recursos, o protesto é mais provável, porque eles reduzem os custos de participação.

Para testar as hipóteses, adotamos a seguinte estratégia: em primeiro lugar, optamos por classificar os países latino-americanos amostrados pelo WVS em três grupos, considerando níveis de contexto de oportunidades políticas: nível baixo, misto e alto. Em segundo lugar, dividimos os indivíduos em dois grupos para avaliar a disposição de recursos: aqueles que estão abaixo da média e aqueles que estão acima da média. Dessa maneira, podemos analisar a direção da relação entre frequência de protestos e contexto político, dado cada grupo de indivíduos. Essa estratégia nos permite comparar cenários variados, considerando contextos e disposição de recursos.

Protesto = Recursos x Contexto de Oportunidades Políticas (1)

Para o teste empírico, nos valemos de duas fontes de dados. Do *World Values Survey* (WVS) utilizamos 56 amostras de 17 países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, México, Nicarágua, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. A soma das observações de todas as amostras é de 76.559, coletadas entre os anos de 1981 e 2022. O conjunto da amostra está distribuído entre 53% de mulheres e 47% homens, com média de idade de 39 anos. Em termos socioeconômicos, renda e escolaridade, o perfil agregado da amostra apresentou uma pequena evolução nos últimos 10 anos, o que sugere uma melhora irrisória nas condições de vida. Do *Varieties of Democracy* (V-Dem), filtramos o índice de poliarquia referente aos países selecionados da base do WVS e os juntamos em uma única base.

A partir da estratégia que mencionamos no início desta seção, primeiro construímos os três cenários de contexto político. Nossa referência para seleção desses indicadores está no artigo clássico de Eisinger (1973), quando ele caracteriza o “ambiente político” pelos aspectos formais da estrutura política: a capacidade de resposta do

governo, estrutura social e estabilidade social. No repositório do V-DEM, encontramos um índice que contempla de maneira razoável as sugestões do autor: a medida de democracia eleitoral ou poliarquia. Esse índice é composto por cinco subíndices: liberdade de expressão; liberdade de associação; número de pessoas aptas a votar; eleições limpas; leis eleitorais. Com a média desses indicadores, o V-DEM fornece uma variável que está organizada numa escala de 0 até 1, em que, quanto mais próximo de 1, mais poliárquico. Calculamos o valor médio dessa variável para cada uma das 56 amostras que dispomos na nossa pesquisa. Após esse procedimento, padronizamos a variável, com média 0 e desvio padrão igual a 1. Assim, conseguimos construir os grupos que estão mais próximos e mais distantes da média. Por fim, dividimos os valores resultantes em quartis e, assim, construímos três cenários de contexto de oportunidades políticas: no 1º quartil estão os países com baixos níveis de oportunidades políticas; entre o 2º e 3º quartis estão os países que chamaremos de mistos; e no 4º quartil estão os países com altos níveis de oportunidades políticas. O Quadro 1 apresenta os países que estão alocados em cada cenário.

O segundo passo foi criar os grupos internos aos países, classificando-os como indivíduos que dispõem de mais ou menos recursos, considerando a média de cada amostra. Nossa referência para seleção das variáveis está no estudo de McCarthy e Zald (1977), como tempo, dinheiro, engajamento e apoio de organizações. Buscamos variáveis que fossem indicadores próximos do que foi pensado pelos autores da teoria da mobilização de recursos. No WVS, selecionamos três variáveis que pudessem mensurar os níveis de engajamento e apoio organizacional: o pertencimento e participação em partidos políticos, sindicatos e igrejas. As duas primeiras variáveis estão mais de acordo com as perspectivas dos autores sobre o apoio que as organizações políticas fornecem para os indivíduos engajados. A variável “igreja” foi incluída considerando especialmente o papel histórico da igreja

católica na mobilização extraoficial de grupos que foram resistentes aos governos autoritários durante as ditaduras que ocorreram em diversos países latino-americanos.

Quadro 1. Três cenários de contexto político e os países que estão alocados em cada um deles

Nível baixo	Nível misto	Nível alto
Colômbia_1998, Colômbia_2005, Haiti_2016, México_1981, México_1990, México_1996, Nicarágua_2020, Peru_1996, República Dominicana_1996, El Salvador_1999, Venezuela_2021	Argentina_1999, Argentina_2006, Argentina_2013, Argentina_2017, Bolívia_2017, Brasil_2018, Chile_1990, Colômbia_1997, Colômbia_2012, Colômbia_2018, Equador_2013, Equador_2018, Guatemala_2004, Guatemala_2020, México_2000, México_2005, México_2012, México_2018, Peru_2001, Peru_2006, Peru_2012, Peru_2018, Porto Rico_2001, Porto Rico_2018, Trinidad e Tobago_2006, Trinidad e Tobago_2010, Uruguai_2022, Venezuela_1996, Venezuela_2000	Argentina_1984, Argentina_1991, Argentina_1995, Brasil_1991, Brasil_1997, Brasil_2006, Brasil_2014, Chile_1996, Chile_2000, Chile_2006, Chile_2012, Chile_2018, Porto Rico_1995, Uruguai_1996, Uruguai_2006, Uruguai_2011

Fonte: Elaboração própria.

Além das variáveis que mensuram o engajamento e apoio organizacional, selecionamos do WVS mais quatro variáveis: a renda média familiar, o grau de escolarização, que funciona como uma medida cognitiva para processamento de informações políticas, número de filhos, que funciona como uma medida para calcular o tempo disponível para atividades políticas, e localização de residência, que também mensura um aspecto do tempo e dos custos para mobilização em protestos. Chamamos esse conjunto de características de “recursos discricionários” (MCCARTHY e ZALD, 1973). Como escolhemos um número grande de variáveis (sete no total), adotamos um procedimento psicométrico de modelagem chamado “análise fatorial confirmatória” ou CFA. Essa é uma técnica útil para manipulação de indicadores múltiplos extraídos de dados observacionais e validação de construtos teóricos (GERBING e HAMILTON, 1996)³.

As medidas de consistência interna foram menores que 0.60, o que sugere que ambos os fatores latentes são frágeis como índices. Contudo, como construto teórico, o P-close do RMSEA = 1.0 e GFI = 0.993 recomendam que são indicadores válidos para uso da análise que propomos neste artigo. Além dessas medidas de validação e consistência, verificamos que esses itens são próximos das variáveis citadas pela literatura que mobilizamos (EISINGER, 1973; MCCARTHY e ZALD, 1973, 1977). Por essa razão, optamos por manter os índices que construímos com auxílio da técnica da CFA. Vale pontuar que os dois fatores latentes não estão correlacionados ($cov = 0.03$), o que sugere a utilização de cada fator separadamente. Nesse caso, construímos os grupos com base no fator “organização” e “recursos discricionários”. O fator “organização” resulta do somatório dos três itens relacionados: engajamento em sindicato, partido e igreja. Realizamos um somatório por respondente, de maneira que um

³ Nossos testes foram realizados com o auxílio do software R, versão 3.3.0+, com o pacote lavaan. Nos valem de dois indicadores para validação de construto teórico: o P-close do Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA) > 0.05, e o Goodness of Fit Index (GFI) > 0.9. Para avaliar a consistência interna do modelo, utilizamos o coeficiente ômega >= 0.60, que mede a intensidade de covariação entre variáveis observadas e variáveis latentes.

indivíduo poderia obter um score de 0 até 3 pontos em “organização”⁴. Entendemos que essa estratégia é mais útil, na medida em que podemos captar a intensidade de engajamento por indivíduo.

O fator “recursos discricionários” foi construído obedecendo o mesmo critério. Antes de realizarmos a soma dos quatro itens relacionados, modificamos a ordem dos valores na variável “número de filhos”. Como era esperado, o número de filhos está negativamente correlacionado com o fator latente “recursos discricionários”, porque teoricamente reduz o tempo disponível para dedicação a outras atividades, como é o caso de protestos. Na base do WVS, encontramos indivíduos com até cinco filhos. Invertemos a escala, onde ter zero filhos significa 5 pontos de disponibilidade e ter cinco filhos significa 0 pontos de disponibilidade. Após essa inversão, seguimos com o procedimento do somatório dos itens: renda, originalmente organizada numa escala de 1 até 10, a escolaridade, organizada de 0 até 8, número de filhos, organizada de 0 até 5, e localização de residência, organizada de 0 até 8. Construímos uma variável com a intensidade de “recursos discricionários” distribuída numa escala de 0 até 31.

Para a divisão dos grupos, utilizamos a mesma estratégia da variável poliárquica. Padronizamos as duas variáveis com média 0 e desvio padrão igual a 1. Dividimos os indivíduos entre aqueles que estão abaixo da média e aqueles que estão acima da média, seja no nível de organização, seja de recursos discricionários. Como

⁴ Rennó (2003, p. 72) sugere que não é recomendado utilizar um índice aditivo único para um conjunto de formas de participação, porque “[...] tais formas de ativismo social e político têm não só objetivos diferentes, mas também formas variadas de recrutamento e estratégias distintas de ação”. Contudo, neste artigo não estamos interessados em analisar os objetivos e as formas de recrutamento de cada movimento, associação, sindicato e partido. Sabemos, como o autor chama atenção, que existem organizações com âmbito nacional, como sindicatos e partidos, e de nível local, como associações de bairro, grupos de igreja e voluntários para ações de caridade, por exemplo. O uso das variáveis selecionadas compreende uma interpretação da teoria da mobilização de recursos de que essas organizações fornecem recursos de participação.

verificamos pelo teste empírico (Apêndice 1), esses dois fatores não estão correlacionados. Embora mensurem aspectos da disposição de recursos, o pertencimento e participação em organizações se refere à adesão às perspectivas e às condições estruturais que são fornecidas por determinada organização, enquanto os recursos discricionários estão relacionados as características pessoais do indivíduo, como tempo, dinheiro e mobilidade urbana. Em resumo, os engajados seriam mais ou menos dependentes das estruturas das organizações a depender da sua disponibilidade, que é medida aqui pelo fator “recursos discricionários”. Por essa razão, apresentamos no Quadro 2 uma tipologia para classificar os indivíduos, sendo que 1 representa valores acima da média, e 0, valores abaixo da média.

Quadro 2. Tipologia dos indivíduos: disponíveis, indisponíveis, comprometidos e descomprometidos

		Organização	
		1	0
Recursos discricionários	1	<i>Disponíveis</i>	<i>Descomprometidos</i>
	0	<i>Comprometidos</i>	<i>Indisponíveis</i>

Classificamos como indivíduos disponíveis aqueles que dispõem de mais apoio organizacional e de recursos discricionários. Conforme defenderam Eisinger (1973), McCarthy e Zald (1977), esses indivíduos seriam os mais propensos a participar de protestos. No sentido contrário, os indisponíveis são aqueles que dispõem de pouco ou nenhum apoio organizacional e de recursos discricionários. Não seria correto nomeá-los de apáticos, porque as demandas mobilizadas no protesto podem ser de total interesse para esses indivíduos, mas eles não dispõem das condições necessárias para o envolvimento nesse tipo de ação.

Os comprometidos são aqueles que, apesar da baixa disposição de recursos discricionários, gozam de apoio organizacional. Na sua maioria, são aqueles indivíduos que são mobilizados por incentivos – a oferta de um ônibus para levá-los ao local do protesto, por exemplo – que reduzem o custo de participação. Chamamos de comprometidos, porque o engajamento em organizações indica uma adesão por parte do indivíduo às perspectivas dessas organizações (MCADAM, 1986). Por fim, os descomprometidos são aqueles que gozam de maior disposição de recursos discricionários, mas são pouco ou não são engajados em nenhuma organização. Os chamamos “descomprometidos” porque não devem sua participação em protestos à agência das organizações, tampouco às estruturas dessas mesmas organizações. Esses indivíduos agem por conta própria, participando ou não de um protesto a depender do interesse próprio.

Finalmente, e não menos importante, utilizamos como variável dependente o “protesto efetivo”. A pergunta do questionário do WVS está formulada da seguinte maneira: “Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse (1) se já fez alguma dessas coisas, (2) se poderia vir a fazer ou (3) se não faria nunca”. Escolhemos somente um item da lista de formas de atuação política, que é “Participar de manifestações pacíficas” e operacionalizamos como (1) para aqueles que participaram de manifestações pacíficas e (0) para quem não participou.

Na próxima seção, apresentamos os resultados da pesquisa. Testamos três cenários de contexto de oportunidade política e comparamos os quatro perfis de indivíduos em cada cenário. Esse desenho de pesquisa nos permitiu (1) verificar se a relação entre contexto e protesto é homogênea, a depender dos perfis; e (2) a relação entre a disposição de recursos e a frequência de protestos. Será que as tendências postuladas pela teoria do efeito curvilíneo do contexto político se sustentam quando testamos diversos cenários entre grupos

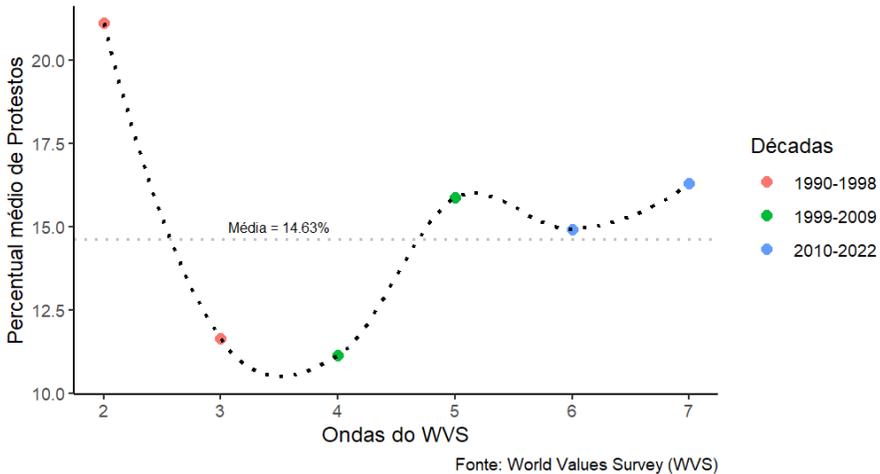
diferentes e numa região que possui um histórico de desigualdades sociais e regimes autoritários?

RESULTADOS

Nosso conjunto de amostras compreende 17 países que foram pesquisados ao longo de 40 anos (1981–2022). Desse conjunto, a maioria viveu processos de ditadura. As transições mais recentes para democracia ocorreram no Chile e na Guatemala, respectivamente, em 1990 e 1996. Ao menos seis dos países estudados viveram suas transições na década de 1980: Bolívia (1982), Brasil (1985), Haiti (1986), México (1982), Peru (1980) e Uruguai (1985). Os demais países viveram seus processos antes da década de 1980: Argentina (1973), Colômbia (1958), República Dominicana (1978) e Equador (1978). Portanto, estamos lidando com democracias recentes do ponto de vista histórico.

Em muitos dos países pesquisados, registramos grandes manifestações de rua, como no caso do Brasil, com as Diretas Já em 1984, Caras Pintadas em 1992 e junho de 2013. Sobre esses eventos, Tatagiba (2014) recupera elementos de continuidade e descontinuidades que nos ajudam a pensar os repertórios e contextos de ação política. No Chile, a Revolta dos Pinguins em 2006 e em 2011, um movimento majoritariamente de estudantes secundaristas e universitários, reivindicou reformas no sistema de ensino que sobrevivia desde a época do ditador Pinochet. Na Argentina, o movimento Mães da Praça de Maio, que são mães de presos políticos desaparecidos na época da ditadura, pressionou o governo pela condenação dos responsáveis por crimes contra a humanidade cometidos nesse período. Em certa medida, muitos desses protestos foram viáveis em razão do processo de abertura política, na virada da década de 1980 para 1990, e depois com a ascensão de governos progressistas na década de 2000.

Gráfico 1. Percentual médio de indivíduos que afirmaram ter protestado em países latino-americanos: cálculo do valor agregado de 54⁵ amostras distribuídas em seis ondas do WVS



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (INGLEHART *et al.*, 2022).

As ondas 3 e 4, que compreendem os anos de 1995 até 2004, apresentaram um percentual de protesto abaixo da média quando comparado aos outros períodos. Esse recorte temporal coincide com o momento entre o período de transição democrática e a ascensão dos governos progressistas. Se considerarmos os argumentos que mobilizamos na seção anterior, particularmente em diálogo com Eisinger (1973), MacCarthy e Zald (1977), esse declínio no percentual de protestantes é esperado, já que esse foi o momento de “lua de mel” dos indivíduos com a recente democracia. Em outras palavras, o processo de abertura, que se converteu em mais possibilidade de participação nas decisões políticas, contemplou grande parte das demandas dos protestantes do início da década de 1990, que eram

⁵Não incluímos a onda 1 do WVS porque só dispõe de dois países latino-americanos: Argentina (1984) e México (1981).

justamente voltadas para maior participação. Essa frequência de protestantes volta a subir, pois os avanços institucionais não ocorreram na mesma velocidade que as demandas populares, especialmente no que se refere às melhorias das condições de vida, por exemplo, emprego, serviços públicos, educação e melhores salários. Nessa direção, parece plausível a explicação de que, em contextos com mais abertura política, mas que ainda careçam de maior capacidade de respostas às demandas sociais, os protestos sejam mais frequentes.

Não menos importante, vale ressaltar que, após a onda 5, verificamos maior estabilidade na frequência de protestantes, o que denota certa “normalização” dessa forma de ação. Sobre esse aspecto, Borba (2012) já mencionava que o protesto político deixou de ser uma forma não convencional de ação política e se tornou um recurso cada vez mais acionado por indivíduos de diferentes estratos sociais. Em resumo, o Gráfico 1 fornece um panorama interessante sobre a frequência de protestantes nos últimos 30 anos, que aponta para uma percepção positiva dos indivíduos sobre a eficácia do protesto, dado o crescimento desses eventos, especialmente na década de 2010.

De fato, não são todos os países amostrados neste artigo que seguem no caminho da democracia, como é o caso da Venezuela e Nicarágua. A Venezuela vive um processo de fechamento político que começou a se desenhar em 1998, com a eleição de Hugo Chaves. De lá para cá, a Venezuela viveu uma mudança na sua Constituição (1999) e instabilidade política que culminou na queda de Hugo Chaves em dezembro 2002. Contudo, ele retornou ao poder dois meses depois, em fevereiro de 2003, e conseguiu duas reeleições seguidas – em 2006 e 2012 –, consolidando um governo de 14 anos. Hugo Chaves morreu em 2013 em razão de um câncer. No seu lugar, ascendeu ao poder Nicolás Maduro, que governa a Venezuela até o presente momento. Ao lado da crise política, a Venezuela também vive uma profunda crise econômica

em razão dos embargos implantados pelos EUA. A recessão que atinge o país e a ditadura bolivariana são as principais causas para fuga em massa de venezuelanos, que se espalham por diversos países latino-americanos, em particular o Brasil.

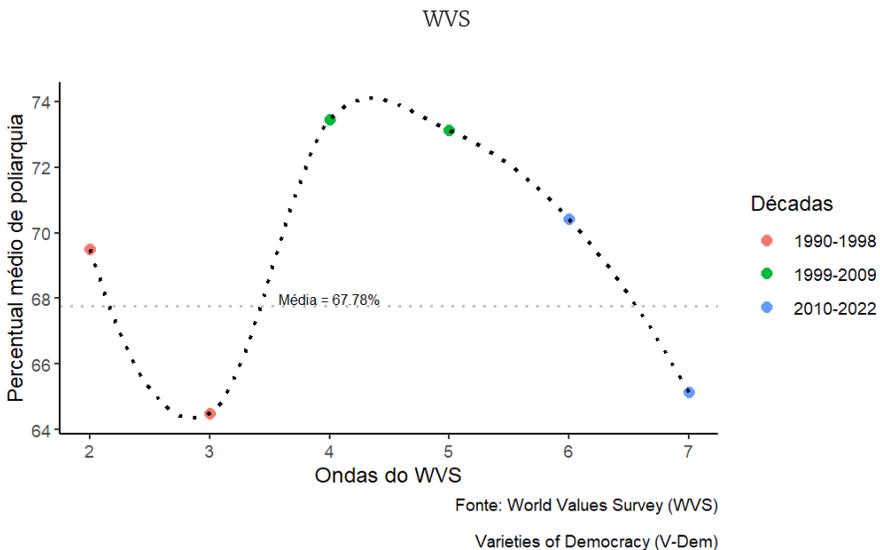
O contexto de fechamento político na Nicarágua é mais recente. Desde 2021, com a eleição de Daniel Ortega, o país vive sob reformas constitucionais que concedem poder ao chefe do Executivo para perseguir e, inclusive, cancelar a cidadania dos opositores. Também existem registros de conflitos com a Igreja Católica. O bispo católico Alvares foi preso junto de outros padres e condenado a 26 anos de prisão. O motivo seria a recusa do clérigo em sair do país, por ser opositor do governo de Ortega.

Embora não se possa equiparar com a situação política da Venezuela e Nicarágua, o Peru também passou por problemas políticos nos últimos anos. Ao todo, o país conheceu seis presidentes em quatro anos; como anunciou a chamada da BBC New Brasil: o país é “máquina de moer presidentes” (OLMO, 2022). Pedro Castillo, o último presidente eleito pelas urnas no Peru, tentou dissolver o Congresso em razão de conflitos de interesses entre os dois poderes. O resultado foi uma contraofensiva das instituições peruanas e a destituição do presidente. No momento, o Peru é governado por Dina Boluarte, a primeira mulher da história a ocupar o cargo de presidente nesse país.

Desde a década de 2000, diversos países latino-americanos viveram o que ficou conhecido como maré rosa. Esse fenômeno se caracteriza pela ascensão de governos progressistas, particularmente na América do Sul. Esse fenômeno conheceu seu revés na década de 2010, quando, nesses países, foram eleitos candidatos localizados à direita no espectro político. A posse desses governos representou um realinhamento político e econômico com os interesses dos EUA, principalmente nos anos do governo de Donald Trump (2016-2020), conhecido por ter

apoio da direita e extrema direita. O que chama a atenção no Gráfico 1 é que, apesar da mudança de perfil dos gestores – da esquerda para direita –, a média de protestos permaneceu estabilizada acima da média nas ondas 6 e 7. Isso sugere, por um lado, que a orientação ideológica desses gestores não interferiu nas estruturas de oportunidades a ponto de aumentar os custos de participação em protestos. De outro lado, seguimentos sociais localizados à direita no espectro político também ocuparam as ruas com protestos. O Brasil é um caso exemplar quando recordamos a mobilização de protestos de indivíduos de direita. Em resumo, os dados sugerem que não houve retrocesso institucional a ponto de representar uma ameaça real aos protestantes na sua forma de se expressar.

Gráfico 2. Percentual médio do índice de poliarquia do V-DEM para os países latino-americanos: cálculo do valor agregado de 54 amostras distribuídas em seis ondas do

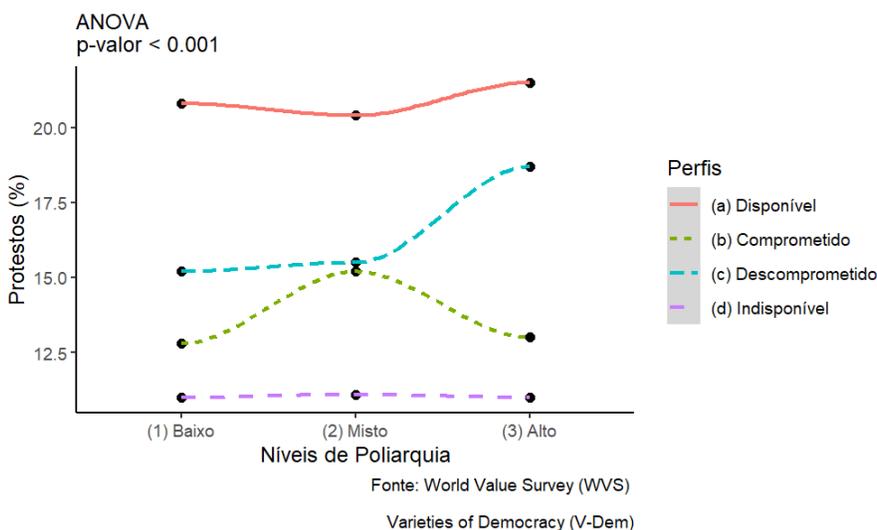


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (INGLEHART *et al.*, 2022) e do V-Dem (COPPEDGE *et al.*, 2023).

Quando observamos a tendência do Gráfico 2, percebemos que a presença ou ausência de gestões progressistas não alterara o quadro de queda nos indicadores de poliarquia desde a onda 5 (2005–2009). Nesse sentido, não seria prudente associar o fim da maré rosa em 2010 com a piora nos indicadores de poliarquia. De maneira idêntica, se compararmos com o Gráfico 1, a queda nos indicadores de poliarquia não alterou o quadro de protestos na década de 2010 (ondas 6 e 7). Vale ressaltar que, entre as ondas 6 e 7, houve um leve crescimento na frequência de protestos (Gráfico 1), período em que houve uma queda de quase 10% nos indicadores de poliarquia (Gráfico 2). De fato, as tendências dos Gráficos 1 e 2 não nos ajudam a verificar em quais contextos políticos os protestos são mais frequentes. Até o momento, especialmente na última década, verificamos certa estabilidade na frequência de protestos, apesar das mudanças nas gestões e queda dos indicadores poliárquicos. Esses resultados tendem a confirmar a perspectiva de Tatagiba e Galvão (2019) para o Brasil e de Paul Almeida (2020) para outros casos, de que o contexto político não permite prever a direção da frequência de protestos e que se faz necessário considerar características dos grupos que protestam e suas demandas. Em outras palavras, vale olhar para os processos políticos dos grupos protestantes e reconstruir os cenários das disputas em curso.

Com o objetivo de testar nossas hipóteses de pesquisa, aplicamos a tipologia que construímos na seção metodológica. A teoria do contexto político (EISINGER, 1973) e da mobilização de recursos (MCCARTHY e ZALD, 1977) postula que podemos prever a frequência de protestos a partir de características do ambiente político e características pessoais, seja pelos recursos discricionários, seja pelo engajamento em organizações, respectivamente. O Gráfico 3 apresenta um teste de médias com os quatro perfis que propomos neste artigo: os disponíveis, os comprometidos, os descomprometidos e os indisponíveis.

Gráfico 3. Percentual médio de protestos entre os perfis dos indivíduos disponíveis, comprometidos, descomprometidos e indisponíveis, dado o contexto político: cálculo do valor agregado de 56 amostras distribuídas em 7 ondas do WVS⁶



Fonte: Elaboração própria com base no WVS (INGLEHART *et al.*, 2022) e no V-Dem (COPPEDGE *et al.*, 2023).

Ao menos quatro aspectos podem ser destacados do Gráfico 3. Primeiro: indivíduos disponíveis foram mais ativos em protestos do que todos os outros perfis, o que confirma a hipótese segundo a qual, em cenários com maior mobilização de recursos, o protesto é mais provável (H3). Esse resultado não é uma novidade. O papel das organizações e dos recursos pessoais foi amplamente desenvolvido no trabalho de Verba, Schlozman e Brady (1995), no qual explicam que as desigualdades na participação política se devem à carência ou presença desses

⁶ Realizamos o teste ANOVA com software R, versão 3.3.0+, usando o seguinte código: `modelo1 <- aov(protesto_efetivo ~ poli_grupos + recursos_pad + organização_pad, data = am_latim)`. O resultado foi significativo para confirmar a hipótese de que existem diferenças entre os grupos. Logo após, realizamos o teste Tukey para delimitar o grau de diferença entre os grupos. Apresentamos os outputs com os resultados dos testes no Apêndice 2 e 3 deste artigo.

recursos. O dado novo é que a frequência de protestos para esse perfil praticamente não variou entre os cenários políticos que testamos.

Segundo: indivíduos indisponíveis foram menos ativos em protestos do que todos os outros perfis. Esse dado reforça a hipótese de que, em cenários com maior mobilização de recursos, o protesto é mais provável. De maneira semelhante aos indivíduos disponíveis, verificamos que praticamente não houve variação na frequência de protestos entre os cenários testados. Esses resultados sugerem que os perfis disponível e indisponível são pouco sensíveis aos aspectos do contexto político. Ou seja, se possuem recursos pessoais e dispõem das estruturas fornecidas pelas organizações às quais são filiados, eles são ativistas políticos independente de se o contexto é fechado, misto ou aberto.

Terceiro: os descomprometidos protestam mais do que os comprometidos, o que indica certa sobreposição na importância dos recursos discricionários sobre o engajamento em organizações. Para o caso desse perfil, os contextos de maior abertura política apresentaram maior frequência de protestos. Os descomprometidos são aqueles que gozam de maior disposição de recursos discricionários, mas são pouco ou não são engajados em nenhuma organização. Esse perfil desengajado tem crescido nos últimos anos. Trabalhos como os de Welzel e Inglehart (2005) e de Dalton (2013) apontam para o declínio do engajamento político em organizações, o que não significa dizer que os indivíduos estão deixando de exercer sua cidadania ativamente. O próprio Dalton (2013) argumenta que está em curso uma mudança nos paradigmas do ativismo político, em que os novos ativistas são cognitivamente mobilizados e altamente críticos das instituições.

No caso brasileiro, Tatagiba e Galvão (2019), Alonso (2017) e Avritzer (2017) relatam que o perfil dos protestantes da última década se caracteriza mais por suas condições pessoais em termos de renda, tempo e escolaridade, do que pelo apoio de partidos e organizações

políticas. Como já ressaltamos, vimos surgir de maneira organizada seguimentos conservadores, de direita, particularmente dentro dos estratos sociais descritos pelos autores. Em grande parte, esse perfil está de acordo com um dos tipos que criamos para essa análise: os descomprometidos. O novo tipo de ativismo, mais individualizado, abriu espaço para maior diversificação das demandas sociais, o que ampliou o leque de temas a serem mobilizados por partidos e candidatos, especialmente em períodos eleitorais.

Quarto: os comprometidos são mais ativos em protestos em contextos mistos. Esse foi o único caso em que a hipótese do efeito curvilíneo se confirmou em nossa análise. Os comprometidos são aqueles que caracterizamos como indivíduos altamente engajados, mas com poucos recursos pessoais, e são mais dependentes das estruturas oferecidas pelas organizações às quais estão filiados. Como postulado pela teoria do contexto político (EISINGER, 1973), em ambientes políticos fechados, essas organizações são limitadas quanto à participação. Em alguns casos, são perseguidas quando estão em oposição ao regime autoritário, como é o caso da Nicarágua. Quando o ambiente político goza de maior abertura e possui um governo responsivo às demandas sociais, a mobilização perde força, mas não deixa de existir. Em contextos mistos, essas organizações tendem a assumir um papel mais central de negociação com o governo. Nesse caso, indivíduos com poucos recursos pessoais, mas que estão engajados nessas organizações, tendem a protestar mais.

Os perfis comprometido e descomprometido apresentam maior variabilidade dentro dos contextos que testamos. Esse dado sugere que esses perfis são mais sensíveis a mudanças do contexto político, tendência que não encontramos entre os indivíduos disponíveis e indisponíveis. Portanto, a primeira proposição é de que o contexto de oportunidades políticas possui uma relação heterogênea com a frequência de protestos, porque depende dos níveis de mobilização

de recursos. Esse resultado não contraria em absoluto a perspectiva original de Einsiger (1973) sobre a relação entre contexto de oportunidade política e protestos. Isso porque, para um dos perfis, a explicação do efeito curvilíneo se mostrou verdadeira. Os nossos dados reforçam que a relação entre contexto e protestos é mediada por outros fatores, como a mobilização de recursos, e que em contextos mistos as organizações desempenham um papel importante no processo de mobilização.

A teoria da mobilização de recursos apresenta um resultado mais consistente, especialmente para dois casos: para o perfil disponível e indisponível. A diferença entre os dois perfis supera os 10% na frequência de protestos, independentemente do contexto de oportunidade política. Já para os perfis comprometido e descomprometido, verificamos que existe uma sobreposição em grau de importância do último sobre o primeiro na frequência de protestos, e que a maior variação entre os cenários sugere que existem fatores contextuais que merecem maior atenção.

Chama a atenção que existe uma maior distância entre os perfis comprometido e descomprometido em contextos com altos níveis de oportunidades políticas, aproximadamente 6%. Por um lado, indivíduos descomprometidos, mas que possuem altos níveis de recursos discricionários, tendem a protestar mais. A disposição de recursos como renda, escolaridade e mobilidade urbana tornam os indivíduos mais críticos e os fazem perceber a abertura institucional como oportunidade de apresentar mais demandas. Para o caso desse perfil, dentro do contexto com níveis altos de oportunidades políticas, existe uma relação linear positiva entre contexto, recursos e protestos. De outro lado, indivíduos comprometidos, mas que não dispõem de altos níveis de recursos discricionários, tendem a protestar menos. Ainda não está clara a razão dessa redução. É possível que muito filiados às organizações tendam a ocupar cargos

nos governos e que as pautas mobilizadas por partidos e sindicatos sejam parcialmente ou completamente atendidas em alguns casos. O fato é que nossos dados indicam uma redução na frequência de protestos entre os indivíduos com esse perfil, dentro do contexto com níveis altos de oportunidades políticas.

Reconhecemos que qualquer tentativa de operacionalização de conceitos é limitada. Testes estatísticos e frequência por amostragem não estão isentos de erros. Ao mesmo tempo, estão ausentes das discussões desse artigo as análises dos processos políticos que culminaram em protestos nos 17 países amostrados, e faltaram discussões sobre as maneiras como os sindicatos e partidos atuaram para engajar indivíduos numa causa comum. Contudo, a tentativa de sanar essas lacunas nos levaria a discussões alongadas e nos desviaria do objetivo da pesquisa.

CONCLUSÃO

Neste artigo analisamos a relação entre o contexto de oportunidades políticas, a mobilização de recursos e a frequência de protestos em países latino-americanos. De um lado, a teoria clássica do contexto político, como proposta por Eisinger (1973), defendeu a hipótese do efeito curvilíneo entre contexto e protestos. Nossos resultados apontaram que essa hipótese é verdadeira somente para um dos perfis testados nessa análise, que nomeamos como “comprometidos”. Esses indivíduos são aqueles que são engajados em organizações, mas dispõem de poucos recursos discricionários, como tempo, dinheiro e mobilidade urbana. Não obstante, nossos resultados indicam que o contexto de oportunidades políticas não apresenta um padrão para explicar as tendências de protestos. Nesse sentido, nossos dados sugerem que a relação entre contexto de oportunidades políticas e

protestos deve ser analisada em conjunto com outros fatores, como a disposição de recursos.

Por outro lado, como propõe McCarthy e Zald (1977), a disposição de recursos atua como um fator importante para compreender as tendências de protestos. Nossos dados indicam que indivíduos com altos níveis de recursos discricionários como tempo, dinheiro e escolaridade, e que estão engajados em organizações, são disponíveis para protesto, independentemente do contexto político. Entre esses indivíduos, a frequência de protestos ultrapassou a média de 20% em todos os cenários testados. Além desse perfil, se destacou outro tipo de indivíduo, que chamamos de descompromissado ou desengajado, e que esteve, ao menos no caso brasileiro, mais associado com a direita no espectro político (TATAGIBA, 2018). Esse perfil apresentou maior média de protestos em contextos com níveis altos de oportunidades políticas. Para esse perfil, identificamos que existe uma relação linear entre contexto, recursos e protestos, ou seja, quanto mais oportunidades políticas, mais esse perfil tende a ganhar espaço.

SOBRE OS AUTORES

Daniel Leonel da Rocha: Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e bolsista FAPERJ. Desenvolve pesquisas com interface entre protestos e ideologia em países latino-americanos. É integrante do Laboratório de Estudos Políticos e Pesquisas da Metrópole (LEPPEM) e do Grupo de Pesquisa Cultura Política, Comportamento e Democracia (CPDC-UEM).

Ednaldo Aparecido Ribeiro: Professor associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Bolsista produtividade do CNPQ, nível 2. É doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2008) e desenvolve pesquisas na área de comportamento político, principalmente sobre valores, atitudes democráticas e participação política. Autor dos livros *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil* (2011) e *Participação política na América Latina* (2015), além de artigos em periódicos como *Dados*, *Brazilian Political Science Review* e *Opinião Pública*.

REFERÊNCIAS

1. ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 15-46, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-015046/105>
2. ALMEIDA, Paul. *Movimientos sociales: la estructura de la acción colectiva*. Buenos Aires, Clacso, 2020.
3. ALONSO, Ângela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*, n. esp., p. 49-58, 2017. Disponível em: https://novosestudos.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Angela-Alonso_A-pol%C3%ADtica-das-ruas.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.
4. ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXZ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2023.
5. AVRITZER, Leonardo. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. *Opinião Pública*, v. 23, p. 43-59, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201723143>
6. BORBA, Julian. Participação política como resultado das instituições participativas: oportunidades políticas e o perfil da participação. In: PIRES, Roberto Rocha. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília, DF: Ipea, 2011. v. 7, p. 65-76.
7. BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade e Estado*, v. 27, p. 263-288, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200004>
8. CONVERSE, Philip E. *et al.* Stability and change in 1960: a reinstating election. *American Political Science Review*, v. 55, n. 2, p. 269-280, 1961. DOI: <https://doi.org/10.2307/1952237>
9. COPPEDGE, Michael *et al.* (2023). *V-Dem codebook v13*. Varieties of Democracy (V-Dem) Project, 2023. DOI: <https://doi.org/10.23696/vdemds23>.
10. DALTON, Russell J. *Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies*. Cq Press, 2013.
11. EISINGER, Peter K. The conditions of protest behavior in American cities. *American Political Science Review*, v. 67, n. 1, p. 11-28, 1973. DOI: <https://doi.org/10.2307/1958525>
12. FERREE, Myra Marx; MILLER, Frederick D. Mobilization and meaning: toward an integration of social psychological and resource perspectives on social movements. *Sociological Inquiry*, v. 55, n. 1, p. 38-61, 1985. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.1985.tb00850.x>
13. GAMSON, William A.; FIREMAN, Bruce; RYTINA, Steven. *Encounters with unjust authority*. Dorsey Press, 1982.
14. GERBING, David W.; HAMILTON, Janet G. Viability of exploratory factor analysis as a precursor to confirmatory factor analysis. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, v. 3, n. 1, p. 62-72, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1080/1070519609540030>

15. GOLDSTONE, Jack Andrew; TILLY, Charles. Threat (and opportunity): popular action and state response in the dynamics of contentious action. In: AMINZADE, Ronald. *Silence and voice in the study of contentious politics*. New York: Cornell University, 2001. p. 179-194.
16. GURR, Ted. A causal model of civil strife: a comparative analysis using new indices. *American Political Science Review*, v. 62, n. 4, p. 1104-1124, 1968. DOI: <https://doi.org/10.2307/1953907>
17. HYMAN, Herbert H.; WRIGHT, Charles R. Trends in voluntary association memberships of American adults: Replication based on secondary analysis of national sample surveys. *American Sociological Review*, p. 191-206, 1971.
18. INGLEHART, Ronald *et al.* (Eds.). *World Values Survey: all rounds*. Madrid: JD Systems Institute, 2022.
19. INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. Cambridge: Cambridge university press, 2005.
20. JENKINS, J. Craig. Resource mobilization theory and the study of social movements. *Annual Review of Sociology*, v. 9, p. 527-553, 1983. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.so.09.080183.002523>
21. KITSCHELT, Herbert P. Political opportunity structures and political protest: Anti-nuclear movements in four democracies. *British Journal of Political Science*, v. 16, n. 1, p. 57-85, 1986. DOI: <https://doi.org/10.1017/S000712340000380X>
22. KLANDERMANS, Bert. Mobilization and participation: social-psychological expansions of resource mobilization theory. *American Sociological Review*, v. 49, n. 5, p. 583-600, 1984. DOI: <https://doi.org/10.2307/2095417>
23. KRIESI, Hanspeter *et al.* New social movements and political opportunities in Western Europe. *European Journal of Political Research*, v. 22, n. 2, p. 219-244, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.1992.tb00312.x>
24. LIPSKY, Michael. Protest as a political resource. *American Political Science Review*, v. 62, n. 4, p. 1144-1158, 1968. DOI: <https://doi.org/10.2307/1953909>
25. MCADAM, Doug. Recruitment to high-risk activism: the case of Freedom Summer. *American Journal of Sociology*, v. 92, n. 1, p. 64-90, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2779717>. Acesso em: 31 jul. 2023.
26. MCADAM, Doug. Tactical innovation and the pace of insurgency. *American Sociological Review*, v. 48, n. 6, p. 735-754, 1983. DOI: <https://doi.org/10.2307/2095322>
27. MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer. *Comparative perspectives on social movements political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. Cambridge University Press, 1996. (Series Cambridge Studies in Comparative Politics). DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511803987>.
28. MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2777934>. Acesso em: 31 jul. 2023.
29. MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. *The trend of social movements in America: professionalization and resource mobilization*. General Learning Corporation, 1973. Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/50939/164.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

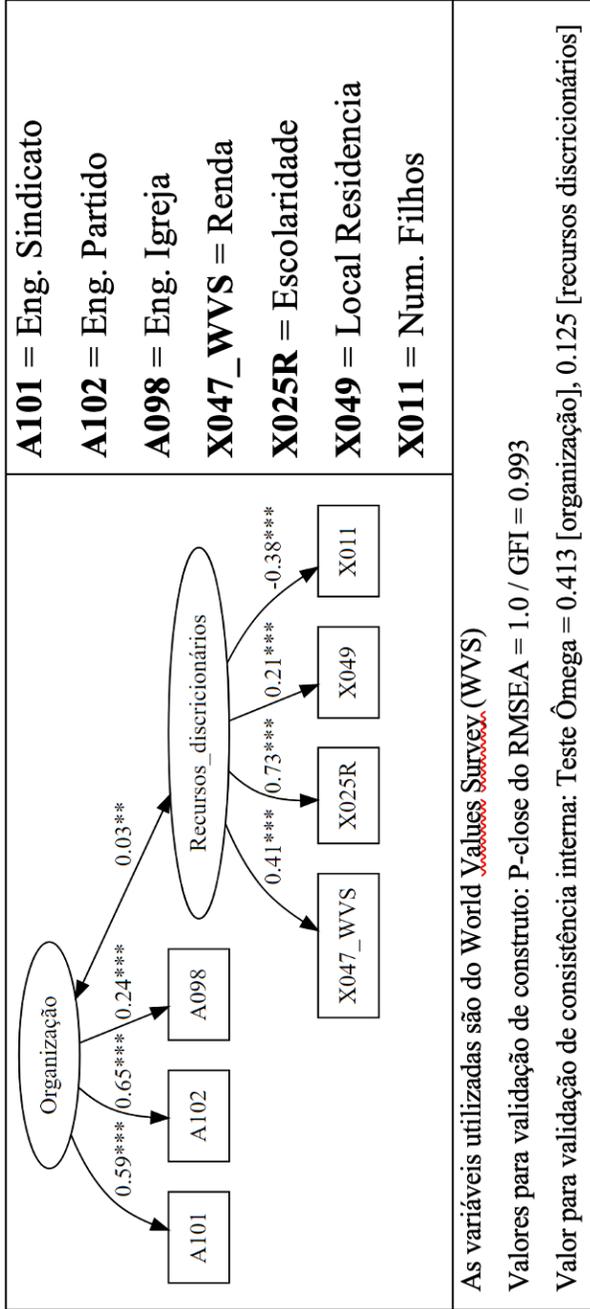
30. MEYER, David S.; MINKOFF, Debra C. Conceptualizing political opportunity. *Social Forces*, v. 82, n. 4, p. 1457-1492, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3598442>. Acesso em: 31 jul. 2023.
31. OLMO, Guillermo D. Peru: por que país, com 6 presidentes em 4 anos, é tão difícil de governar. *BBC News Brasil*, 08 dez. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63908709>. Acesso em: 29 mar. 2023.
32. OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. Edusp, 2015 [1965].
33. OPP, Karl-Dieter. *Theories of political protest and social movements: a multidisciplinary introduction, critique, and synthesis*. Routledge, 2009.
34. RENNO, Lucio R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 71-82, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000200006>
35. SNOW, David A. et al. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American Sociological Review*, p. 464-481, 1986.
36. TARROW, Sidney. *O poder em movimento*. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.
37. TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil/1984, 1992 and 2013. On protest cycles and democracy in Brasil. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2014v13n28p35>
38. TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. *Lusotopie*, v. 17, n. 1, p. 112-135, 2018. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMb2Ta0wNQ_MDA_c2b2c_/Entre%20as%20ruas%20e%20as%20institui%C3%A7%C3%B5es%20os%20protestos%20e%20o%20impeachment%20de%20Dilma%20Rousseff.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.
39. TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, v. 25, p. 63-96, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>
40. TURNER, Ralph H. The public perception of protest. *American Sociological Review*, v. 34, n. 6, p. 815-831, 1969. DOI: <https://doi.org/10.2307/2095975>
41. VAN STEKELENBURG, Jacquelin; KLANDERMANS, Bert. The social psychology of protest. *Current Sociology*, v. 61, n. 5-6, p. 886-905, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1177/0011392113479314>
42. VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay L.; BRADY, Henry E. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.
43. WALSH, Edward J. Resource mobilization and citizen protest in communities around Three Mile Island. *Social Problems*, v. 29, n. 1, p. 1-21, 1981. DOI: <https://doi.org/10.2307/800074>

Submissão em: 14 abr. 2023

Aceito em: 08 jul. 2023



APÊNDICE 1
CFA DO INDICADOR DE ORGANIZAÇÃO E RECURSOS DISCRICIONÁRIOS COM ESTIMADOR ROBUSTO MLR



APÊNDICE 2

ANOVA DOS GRUPOS DE PAÍSES SEPARADOS PELOS NÍVEIS DE POLIARQUIA E PERFS DE ATIVISTAS: OUTPUT DO TESTE REALIZADO COM SOFTWARE R

```

Tukey multiple comparisons of means 95% family-wise confidence level

Fit: aov(formula = protesto_efetivo ~ poli_grupos + rec_pessoais + eng_po], data = am_latin)

$Níveis de Poliarquia (poli_grupos)
              diff      lwr      upr      p adj
Baixo-Alto -0.02908498 -0.03771634 -0.02045362 0.0000000
Misto-Alto -0.01851603 -0.02586770 -0.01116435 0.0000000
Misto-Baixo 0.01056896 0.00319042 0.01794749 0.0022721

$Recursos discricionários (rec_pessoais)
              diff      lwr      upr      p adj
Baixo-Alto -0.05268516 -0.05767572 -0.04769459 0

$Engajamento em organizações (eng_po])
              diff      lwr      upr      p adj
Baixo-Alto -0.0377908 -0.04337461 -0.03220699 0

```

APÊNDICE 3
TUKEY DOS GRUPOS DE PAÍSES SEPARADOS PELOS NÍVEIS
DE POLIARQUIA E PERFS DE ATIVISTAS: OUTPUT DO TESTE REALIZADO
COM SOFTWARE R

	Df	Sum Sq	Mean Sq	F value	Pr(>F)
Níveis de Poliarquia	2	8	4.02	32.45	8.18e-15 ***
Recursos discricionários	1	54	54.43	439.47	< 2e-16 ***
Engajamento em organizações	1	22	21.83	176.26	< 2e-16 ***
Residuals	76554	9481	0.12		

 Signif. codes: 0 '***', 0.001 '**', 0.01 '*', 0.05 '.', 0.1 ' ', 1

